

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2008/2009

- *SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA*
- *SINDICATO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA*
- *SINDICATO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DE NÍVEL MÉDIO DO ESTADO DE SC*
- *SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIA, PESQUISA E INFORMAÇÕES NO ESTADO DE SANTA CATARINA*
- *SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA*
- *SINDICATO DOS CONTABILISTAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS*
- *SINDICATO DOS ZOOTECNISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA*
- *SINDICATOS DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE SANTA CATARINA*

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2008/2009

Pelo presente instrumento, de um lado a **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI**, empresa publica estadual, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 83.052.191/0001-62, com sede na rodovia Ademar Gonzaga, 1347, Itacorubi no município de Florianópolis/SC neste ato representada, por seu Presidente Murilo Xavier Flores, registrado no CPF sob nº 240 015 461 – 91 e de outro o **SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA – SEAGRO/SC**, **SINDICATO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA – SIMVET/SC**, **SINDICATO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DE NÍVEL MÉDIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINTAGRI**, **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIA, PESQUISA E INFORMAÇÕES NO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINDASPI**, **SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SAESC**, **SINDICATO DOS CONTABILISTAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – SINCÓPOLIS**, **SINDICATO DOS ZOOTECNISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINDIZOOT/SC** e **SINDICATOS DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE SANTA CATARINA – SINTEC**, representados por seus respectivos presidentes, com a interveniência do **CONSELHO DE POLÍTICA FINANCEIRA E SALARIAL – CPF**, resolvem celebrar este **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – REPOSIÇÃO SALARIAL

A Empresa reajustará os salários de todos os empregados pertencentes às categorias abrangidas pelo presente acordo em 5,90% (cinco vírgula noventa por cento), a partir de 1º de maio de 2008, incidindo sobre a folha de pagamento do mês de abril de 2008.

Parágrafo primeiro

O pagamento dos meses em atraso será feito em única parcela retroativa a maio de 2008, na folha de pagamento do mês de Outubro de 2008, como abono.

Parágrafo Segundo

A reposição salarial incidirá, inclusive, sobre a vantagem pessoal concedida no Acordo Coletivo de Trabalho 2003/2004.

CLÁUSULA 2ª – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A Empresa garantirá o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para seus empregados, por meio do fornecimento mensal de 22 (vinte e dois) vales alimentação, no valor de R\$ 14,00 (quatorze reais).

Parágrafo primeiro

O pagamento dos meses em atraso será feito em única parcela retroativa a maio de 2008, a ser pago no mês de outubro/2008.

Parágrafo Segundo

A empresa descontará do empregado o vale alimentação, nos seguintes casos:

- licença sem remuneração;
- licença médica após 120 dias;
- licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;
- cumprimento de suspensão disciplinar;
- faltas injustificadas;
- prisão preventiva.

CLÁUSULA 3ª – PLANO DE AUXÍLIO SAÚDE

A empresa aumentará a partir do mês de outubro de 2008 sua contribuição para o Plano de Saúde de 2,4% para 3,0%, incorporando esta nova redação no seu Regimento Interno.

Parágrafo Único

Deste percentual de aumento 0,6% (zero virgula seis por cento) deverá ser destinado 0,15% (zero virgula quinze por cento) para a formação de um fundo de auxílio aos portadores de necessidades especiais, a ser regulamentado pela empresa, sindicatos e Casacaesc, em até 90 (noventa) dias a partir da homologação deste acordo.

CLÁUSULA 4ª – JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais para todos os empregados na Empresa.

CLÁUSULA 5ª – COMPENSAÇÃO DE HORAS

As horas trabalhadas além da jornada contratual, devidamente autorizadas pela Chefia, serão compensadas com o gozo de descanso na proporção de 1h:00min (uma hora) trabalhada para 1h:20min (uma hora e 20 vinte minutos) de descanso, devendo o empregado requerer o gozo da folga, por conta da compensação de horas trabalhadas além da jornada contratual, ao superior imediato, não podendo a Empresa negá-lo, sob pena de pagamento de horário elástico nos percentuais estabelecidos na Cláusula 6ª.

Parágrafo Primeiro

A compensação de horas expressas no caput da cláusula supra deverá se dar, no máximo até 60 (sessenta) dias após a realização do elástico do horário, devendo a Empresa, caso o empregado não a solicite, determinar que o mesmo usufrua das folgas.

Parágrafo Segundo

Não havendo possibilidade de compensação no prazo de 60 (sessenta) dias após a realização das horas trabalhadas além da jornada contratual, mediante exposição de motivos da chefia imediata deste, deverá a Empresa pagá-las nos percentuais da Cláusula 6ª deste instrumento.

Parágrafo Terceiro

A Empresa e o trabalhador poderão acordar mediante documento escrito para que o gozo da folga se dê até o mês de fevereiro do ano subsequente da realização das horas trabalhadas além da jornada contratual.

Parágrafo Quarto

A empresa poderá estabelecer escala de revezamento, em regime de compensação de horas aos empregados que estiverem executando suas funções em atividades que requeiram trabalho ininterrupto.

CLÁUSULA 6ª – REMUNERAÇÃO DA HORA EXTRAORDINÁRIA

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com o adicional de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal nos dias úteis, e com 100% (cem por cento) nos sábados, domingos e feriados, respeitada as exceções contidas nos Arts. 59 e 61 da CLT.

CLÁUSULA 7ª – ADICIONAL NOTURNO

O empregado que laborar entre 22:00 (vinte e duas) horas de um dia e 5:00 (cinco) horas do dia seguinte, a Empresa pagará, a título de adicional noturno, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo sobre a hora normal.

CLÁUSULA 8ª – INSALUBRIDADE

A Empresa pagará, a partir de 1º de maio de 2008, aos empregados pertencentes às categorias profissionais dos médicos veterinários, engenheiros e zootecnistas, os percentuais do adicional de insalubridade sobre o valor de 6 (seis) salários mínimos vigentes e as outras categorias de abrangência do presente acordo, os percentuais do adicional de insalubridade será sobre o valor de 1 (um) salário mínimo vigente, desde que a insalubridade seja confirmada por meio do LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.

CLÁUSULA 9ª – ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

A Empresa, desde que o empregado requeira até 15 (quinze) dias antes, pagará a título de adiantamento, 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário, quando do gozo de férias do mesmo.

Parágrafo Único

Quando o empregado for escalado para gozar suas férias no mês de janeiro e tiver solicitado antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário, este deverá ser pago juntamente com o salário das férias.

CLÁUSULA 10 – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica assegurada a concessão de férias proporcionais ao empregado, com menos de 1 (um) ano de emprego, que venha a pedir demissão.

CLÁUSULA 11 – AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de falecimento do empregado, a Empresa cobrirá as despesas de funeral, devidamente comprovadas por meio de documento hábil, no valor limite de 10 (dez) vezes o menor salário pago pela Empresa.

CLÁUSULA 12 – GARANTIA DE EMPREGO

Fica assegurada ao empregado integrante das categorias profissionais representadas pelos sindicatos garantia de emprego pelo período de 14(quatorze) meses, contados a partir de 13 de Janeiro de 2009, salvo a demissão por justa causa, a ser apurada em sindicância administrativa com a participação de representante do sindicato da respectiva categoria.

CLÁUSULA 13 – GARANTIA DE EMPREGO AOS EMPREGADOS ELEITOS

O empregado eleito para exercer cargos nas empresas terá garantido o emprego, a partir de sua inscrição até 1 (um) ano após o término do mandato, passando esta cláusula a fazer parte do Regimento Interno.

CLÁUSULA 14 – LICENÇA MATERNIDADE E ADOÇÃO

Fica assegurada a concessão de licença maternidade para a empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, nos termos da Lei N° 10.421, de 15 de abril de 2002 e alterações supervenientes.

CLÁUSULA 15 – LICENÇA ESPECIAL

Após cada 5 (cinco) anos de serviços efetivamente trabalhados na administração indireta do Estado de Santa Catarina, o empregado fará jus à Licença Especial de 30 (trinta) dias, não prescrevendo o seu gozo, e não podendo ser transformada em pecúnia, salvo nos casos de rescisão contratual sem justa causa, na aposentadoria por invalidez e falecimento.

Parágrafo Primeiro

A Empresa deverá atender o pedido do empregado para o gozo de Licença Especial, desde que a mesma seja solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo

A contagem do tempo de serviço para aquisição do direito à Licença Especial será feita pelo somatório do tempo dos contratos de trabalho firmados na administração indireta de Santa Catarina, descontados os períodos já gozados.

Parágrafo Terceiro

Não será considerado como período de trabalho: o tempo em que o empregado permanecer em licença sem remuneração; o tempo que o empregado permanecer afastado por mais de 6 (seis) meses em licença pelo INSS no período aquisitivo anual.

Parágrafo Quarto

O empregado em gozo de Licença Especial fará jus a todos os direitos e vantagens do seu cargo, como se em exercício estivesse.

Parágrafo Quinto

O gozo da Licença Especial poderá ser parcelado, no máximo, em 3 (três) períodos de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA 16 – LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

A Empresa concederá licença sem remuneração, desde que solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por período de até 1 (um) ano, prorrogável por mais 1 ano, para o empregado que tenha no mínimo 2 (dois) anos de serviço na Empresa, mediante requerimento aprovado pela Direção.

CLÁUSULA 17 – ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

CLÁUSULA 18 – ESTABILIDADE AO EMPREGADO ACIDENTADO

O empregado que sofrer acidente de trabalho tem garantido, após o término do auxílio acidentário, independente de percepção de auxílio acidente, nos termos do Artigo 118 da Lei n° 8.213, de 24 de junho de 1991, a manutenção do seu contrato de trabalho na Empresa, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA 19 – AUSÊNCIA JUSTIFICADA

Além daquelas previstas em Lei, serão abonadas as faltas ocorridas, por 5 (cinco) dias consecutivos, imediatamente seguintes ao falecimento do cônjuge, companheiro(a), filhos(as), pais, irmão(a) ou de pessoa que viva sob a dependência econômica do empregado.

Parágrafo Único: Serão abonadas também as faltas do empregado para acompanhamento de filhos e dependentes que necessitam de tratamento médico ou consulta médica com limite de 10 (dez) dias por ano, desde que comprovado mediante atestado ou declaração médica.

CLÁUSULA 20 – ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE

A Empresa abonará as faltas do estudante, mediante comprovação, para prestar provas e exames vestibulares, sempre que houver coincidência com o horário de trabalho.

CLÁUSULA 21 – ADEQUAÇÃO NO AUXÍLIO CRECHE/BABÁ

A Empresa efetuará imediatamente a modificação na redação do auxílio creche/babá, que consta em seu Regulamento Interno, permitindo adequação para que o empregado possa optar pela creche ou babá, ou mesmo pelas duas, mantendo o limite de pagamento que corresponde até 1 (um) salário mínimo.

CLÁUSULA 22 – ASSÉDIO MORAL E COIBIÇÃO DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS

A Empresa se compromete a desenvolver campanhas de conscientização e orientação destinadas aos empregados sobre temas como assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação de sexo, raça, religião ou ideologia, com o objetivo de prevenir a ocorrência de tais distorções e coibir atos e posturas discriminatórias nos ambientes de trabalho e na sociedade de forma geral.

CLÁUSULA 23 – PROGRAMA DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO ALCOOLISMO, OUTRAS DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS E DOENÇAS CRÔNICAS

No período de vigência deste Acordo, a empresa implementará Programa de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo e Outras Dependências Químicas para seus empregados, alocando recursos orçamentários para tal fim, com a participação dos sindicatos que subscrevem este Acordo.

Parágrafo Único

A Empresa, por meio da Diretoria de Gestão Institucional e Diretoria de Administração e Finanças desenvolverá campanhas de conscientização e esclarecimentos sobre os efeitos nocivos do tabagismo.

CLÁUSULA 24 – PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS – PCS

A Epagri constituirá uma Comissão Paritária Permanente entre Empresa e Sindicatos para revisão, atualização e implementação de seu Plano de Cargos e Salários na vigência deste Acordo.

CLÁUSULA 25 – QUADRO DE PESSOAL

A Epagri na vigência deste acordo definirá seu quadro de pessoal e o ampliará conforme Prorrogação do Concurso público 001/2006, eliminando assim os serviços terceirizados.

CLÁUSULA 26 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

A empresa contratará, na vigência deste acordo, 2 (duas) assistentes sociais aprovadas através do Concurso público 001/2006, visando atender a todas as regiões do Estado.

CLÁUSULA 27 – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A empresa contratará, na vigência deste acordo, 2 (dois) Técnicos de Segurança do Trabalho aprovados através do Concurso público 001/2006, para atender as regiões do Estado.

CLÁUSULA 28 – SERVIÇO DE TRANSPORTE

A empresa realizará, na vigência deste acordo, um estudo visando padronizar o acesso a serviço de transporte coletivo aos seus empregados.

CLÁUSULA 29– COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS (CRH)

A empresa assume compromisso institucional mediante consulta e participação dos Membros dos Sindicatos na elaboração de normas e procedimentos relacionados à política de gestão de recursos humanos.

CLÁUSULA 30 – GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS EMPRESAS

A Empresa estudará, na vigência deste acordo, proposta de acesso aos cargos de Gerencia e Chefia.

CLÁUSULA 31 – LIVRE FREQUÊNCIA DE DIRIGENTES

Fica assegurada a livre frequência dos dirigentes sindicais para participarem nas realizações de assembleias e reuniões sindicais, devidamente convocadas pelo sindicato da categoria, até 6 (seis) dias por ano, desde que a Empresa seja comunicada por escrito e com antecedência, mínima, de 5 (cinco) dias úteis

CLÁUSULA 32 – LIVRE FREQUÊNCIA EM ASSEMBLÉIAS

Fica assegurada a livre frequência dos trabalhadores das categorias aqui representadas, sem prejuízo da remuneração, para participarem das assembleias, devidamente convocadas, desde que a Empresa seja comunicada por escrito e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis

CLÁUSULA 33 – LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Será liberado, no âmbito da EPAGRI e CIDASC, com remuneração e demais vantagens contratuais, o equivalente a 9 (nove) Dirigentes Sindicais indicados pelos sindicatos integrantes deste acordo.

CLÁUSULA 34 – MORA E PENALIDADES

Fica estabelecido que no caso de mora salarial, será aplicado o previsto na Legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA 35 – MEMBRO NA DIRETORIA E NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

É garantida nos termos do inciso II, do artigo 14, da Constituição Estadual e da Lei Estadual nº 1178, de 21 de dezembro de 1994, a participação de empregado na Diretoria e no Conselho de Administração da Empresa.

CLÁUSULA 36 – DESCONTO EM FOLHA

A Empresa fica obrigada a informar aos Sindicatos os descontos efetivados a favor destes, em folha de pagamento, relacionando os empregados e o total das verbas recolhidas de cada empregado, até 5 (cinco) dias após o efetivo desconto.

CLÁUSULA 37 – ABRANGÊNCIA

Todo o empregado pertencente às categorias supramencionadas neste Acordo e que desempenhe suas funções técnicas será abrangido por este instrumento e legislação pertinente à categoria, independente das anotações contidas em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Contrato Individual de Trabalho.

CLÁUSULA 38 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A Empresa descontará de todos os empregados representados pelos Sindicatos integrantes do presente Acordo, no mês subsequente à sua assinatura, a importância correspondente a 3 (três) dias da remuneração mensal do empregado, repassando os valores descontados ao respectivo Sindicato até 5 (cinco) dias úteis após o efetivo desconto, a título de contribuição assistencial para custeio da campanha salarial, respeitado o direito de oposição do profissional nos termos do Memo Circular SRT/MTE nº 04 de 20 de janeiro de 2006.

CLÁUSULA 39 - HOMOLOGAÇÃO

O presente Acordo Coletivo de Trabalho será aprovado por Resolução do Conselho de Política Financeira – CPF, homologado pelo Governador do Estado e publicada no Diário Oficial do Estado, na forma do que estabelece o Parágrafo Único, do Artigo 50, da Lei Complementar Nº 284, de 28 de fevereiro de 2005.

Parágrafo Primeiro

Após análise, a homologação e publicação da Resolução aprobatória do presente instrumento deverão ocorrer em até 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva entrega no protocolo geral do Conselho de Política Financeira – CPF.

Parágrafo Segundo

Após a publicação da Resolução aprobatória no Diário Oficial do Estado, este instrumento será levado ao registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE.

CLÁUSULA 40 – VIGÊNCIA

O presente Acordo terá vigência de 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2009.

Florianópolis, 16 de outubro de 2008.

ANTÔNIO CERON
Secretário de Estado da Agricultura e
Desenvolvimento Rural - SAR

MURILO XAVIER FLORES
Presidente da EPAGRI

JORGE DOTTI CESA
Presidente SEAGRO/SC

GERALDO BACH
Presidente SIMVET/SC

NERI FLÁVIO DIAS
Presidente SINTAGRI

NAURO JOSÉ VELHO
Coordenação do SINDASPI

JOÃO PAULO DE SOUZA
Presidente SAESC

JOSÉ CARLOS COUTINHO
Presidente SINTEC/SC

FRANCISCO DE ASSIS NUNES
Presidente SINDIZOOT/SC

EDEGAR REGINATTO
Vice-Presidente SINCÓPOLIS